

# MERCADO INFORMAL: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Edilson Almeida de Souza<sup>1</sup>  
Sônia Romancini<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo principal do trabalho foi realizar o mapeamento da população marginalizada ao crescimento econômico em Cuiabá-MT, através de estudos realizados com os trabalhadores do Shopping Barão e com os ambulantes da rua 13 de junho, ambos situados no centro principal da cidade. Para tanto propôs: investigar a qualidade de vida desses trabalhadores; organizar um banco de dados sobre o mercado informal; traçar o perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais. Optou-se em desenvolver o presente trabalho com os shopping populares por ser um dos setores com antecedente histórico de maior tensão com o poder público, além de ser uma problemática que abrange toda a América Latina. Os resultados do trabalho revelaram que a proporção dos ocupados no setor informal é maior no grupo jovem, do sexo feminino, com menor grau de instrução. O que se observa em Cuiabá é que a marginalidade à participação ao processo de crescimento econômico, não afeta somente habitantes dos bairros mais periféricos, mas bairros considerados de renda média. Em Cuiabá a “nova pobreza” também já se faz notar e ela atinge fundamentalmente a classe média, sob a forma de menor demanda por força de trabalho com qualificações tradicionais e, sobretudo, de redução da remuneração real deste tipo de trabalhador. As populações excluídas, ditas marginais, são a expressão de um estrato social desprestigiado e desamparado, no que tange ao Estado de Direito, de poder sócio-econômico e político, que lhes é retirado pela sociedade. Essas populações têm suas raízes no crescimento excludente do modelo sócio-econômico adotado pelo país.

**Palavras chave:** economia, informal, excluídos, pobreza, desamparo.

## Introdução

Há uma grande divergência em torno do significado do trabalho informal. Isso não se deve a discordâncias metodológicas entre pesquisadores. Na verdade, a própria natureza do trabalho informal é complexa, englobando diferentes categorias de trabalhadores com inserções ocupacionais bastante particulares.

Portanto, esse estudo baseia-se em critérios atuais de definição da informalidade. O termo, trabalho informal, abordado nessa discussão, não tem identificação, com aquela

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso  
edilsongeo@yahoo.com.br

unidade produtiva que caracteriza o “setor informal”, na perspectiva da OIT, instituição burguesa evidentemente consolidado na visão neoliberal. Nesse sentido, trabalho informal será entendido, como o emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Tavares (2002, p.13) explica que o trabalho informal tem se consubstanciado, em geral, em “atividades de sobrevivência orientadas para a reprodução do trabalhador e do seu núcleo familiar, comportamento que se inscreve entre as características definidoras do que se conhece como ‘setor informal’”.

Conforme esta perspectiva, a capacidade de geração de renda do trabalho informal é definida pela expansão do setor capitalista da economia, o qual gera demanda por bens e serviços. Porém, de acordo com Schlamp (2002), a economia dos marginalizados foi considerada um campo separado tendo poucas relações com o setor formal. Mas esse ponto de vista não se sustenta, pois na realidade existem relações apertadas e estruturais entre os setores formal e informal.

Para Corrêa (1997), os circuitos, em sua realidade, não estão isolados entre si. Primeiramente, porque a existência de uma classe média que utiliza um e outro circuito impede o isolamento. E porque também coexistem na mesma unidade, e que, nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista, ou seja, em longo prazo, entretanto, prevalece a dependência do circuito inferior ao superior.

De acordo com Dombrowski (2000), o trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência face à perda de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver o seu “próprio negócio”. Partindo-se desse pressuposto, o presente trabalho buscou responder ao questionamento: O mercado informal é também uma estratégia de sobrevivência da população periférica da cidade de Cuiabá?

O objetivo principal do presente trabalho é traçar o perfil sócio-econômico da população marginalizada ao desenvolvimento econômico em Cuiabá, através de estudos realizados no shopping popular da “Barão” no centro principal da cidade. Que visa compreender como vivem e trabalham as pessoas que se encontram na informalidade, especialmente em relação aos motivos que as levaram a este tipo de atividade, às razões da perda do último emprego, a perspectiva de retorno ao setor formal e também a respeito de suas relações e expectativas no que tange aos poderes públicos.

Optou-se em desenvolver o presente trabalho com os shopping populares por ser um dos setores com antecedente histórico de maior tensão com o poder público, considerando

---

<sup>2</sup> Orientadora. Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> - romanci@terra.com.br

também a dimensão e vitalidade do seu mercado de trabalho. Também contribuiu para esta escolha o fato de ser uma problemática que abrange uma parcela considerável da população da América Latina e demais regiões do mundo subdesenvolvido.

### **Material e método**

As informações foram coletadas a partir de órgãos como a Prefeitura Municipal de Cuiabá (IPDU), o IBGE, e demais referências bibliográficas e pesquisa a campo.

Na coleta dos dados para a caracterização do perfil sócio-econômico e localização espacial das moradias dos trabalhadores informais, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas na investigação; na qual foram contempladas 21 questões, sendo que a quarta questão referia-se a localização da residência. Este item foi necessário, para que se tornasse possível o mapeamento da população marginalizada ao processo econômico.

As entrevistas foram realizadas nos dias 26 e 27 de março de 2004, aplicadas a todos os trabalhadores que estavam no “Shopping da Barão”, totalizando 23 entrevistas, sendo esse o foco principal da pesquisa. E com 15 trabalhadores ambulantes, da rua Treze de Junho, que serviram de parâmetro para a análise dos trabalhadores fixos. As entrevistas foram aplicadas de forma aleatória aos trabalhadores que se encontravam na rua Treze de Junho, entre a Trav. Des. Lobo e Av. Getúlio Vargas. O material coletado foi analisado levando-se em consideração as análises qualitativas, foi adotado o estudo de caso por ser um dos tipos mais significativos nesse enfoque. Nesse sentido, Triviños (1987) coloca que o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, conforme metodologia desenvolvida no “Shopping da Barão”.

Os mapas temáticos foram elaborados com as informações obtidas pela interpretação dos dados da pesquisa de campo, caracterizou-se como uma das etapas para a avaliação da marginalidade à participação econômica de grande importância, pois a partir desse processo tornou-se possível a visualização espacial desses trabalhadores informais, identificando-os por classe de rendimento médio dos bairros, com base na classificação elaborada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

### **Caracterização da área**

Localizado no centro principal de Cuiabá, na rua Barão de Melgaço esquina com a travessa João Dias. O “Shopping da Barão” situa-se em uma área com características de grande mobilidade de pessoas e conseqüente dinamismo econômico e também se destaca pela vitalidade na geração de mercado de trabalho.

É importante ressaltar que, além do Shopping da Barão, há outros shopping populares no centro de Cuiabá: Shopping Catedral, Galeria Central, Galeria Freeshop e Mini Shopping da Treze, porém, a escolha deveu-se ao dinamismo do local.

### **Reestruturação produtiva**

O processo de abertura comercial indiscriminada iniciado em 1990 (com eliminação das barreiras não-tarifárias, abolição das restrições à importação de determinados bens e rápida redução das tarifas), agregou-se ao longo da década de 1990 uma maior abertura financeira (com ampliação da mobilidade dos fluxos de capitais, ou seja, das facilidades à convertibilidade dos vários tipos de ativos e passivos financeiros). Isso tudo em meio ao verdadeiro populismo cambial baseado na valorização da moeda nacional e nos elevados juros, que acompanharam o Plano Real desde sua implantação em meados de 1994.

Nesse percurso, Thomaz Júnior (2002), afirma que quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as conseqüências para o trabalho, para a classe que vive do trabalho.

De acordo com Mattoso (2000), em um primeiro momento, os efeitos perversos deste conjunto de políticas econômicas foram ocultados pelos efeitos da estabilização sobre o consumo, sobre a expansão do crédito e pelo maior ingresso de recursos externos, embora este já ocorresse desde o início da década. O governo chegou, então, a alardear que, com o Plano Real, os problemas básicos da economia brasileira estariam resolvidos (inflação e financiamento) e que se tratava de assegurar o crescimento sustentado da economia.

Com o excesso de liquidez internacional que se esparramou por todos os lados, o Brasil aceitou passivamente a inversão de sua política cambial e a dependência aos fluxos externos de curto prazo, com altas taxas de arbitragem em dólar. Com a desregulamentação financeira e cambial e uma abertura comercial indiscriminada, instalou-se um festival de ganância especulativa e patrimonial que, de certa forma, ocultou os riscos de desajuste global, de vulnerabilização e dependência crescente de nossa economia.

A principal conseqüência desse novo formato de captação de recursos externos foi o agravamento da vulnerabilidade internacional, surgida do tipo dominante de inserção dos países ditos emergentes nos novos fluxos de capital. Cardoso Jr (2001, p.10) afirma que o aumento da “vulnerabilidade da economia brasileira em relação a crescente dependência de recursos especulativos de curto prazo ratifica a crença em torno da ausência de contribuição desses fluxos de capitais para o incremento do investimento produtivo”.

Becker (2002, p.14) denunciou a instabilidade promovida pelo investimento externo de curto prazo “esos movimientos de capital a corto plazo han sido un elemento de inestabilidad internacional, afectando gravemente los llamados ‘mercados emergentes’”.

Conforme Pochmann (2001), a abertura comercial indiscriminada, a ausência de políticas industriais e agrícolas, a sobrevalorização do real e os elevados juros introduziram um freio ao crescimento do conjunto da economia (indústria, serviços e agricultura) e uma clara desvantagem da produção doméstica diante da concorrência internacional. A reação das empresas, dada a menor competitividade diante dos concorrentes externos a que foram levadas, foi imediata: aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam unidades, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduziram custos, sobretudo da mão-de-obra.

O baixo crescimento, somado à dinâmica comercial brasileira, refletiu na diminuição dos empregos formais e na expansão de maneira inusitada e trágica do desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho. Em contrapartida, as importações maciças favoreceram uma verdadeira exportação de empregos para os países que venderam produtos ao Brasil. Restando como alternativa, a uma imensa massa de trabalhadores, a busca de sobrevivência no mercado informal.

### **Modelo de desenvolvimento x emprego**

Embora no período pós-Segunda Guerra o emprego tivesse crescido intensamente, ele não se refletiu em uma maior regulação institucional e em um perfil menos regressivo da distribuição de renda.

De acordo com Mattoso (2000), três fatores favoreceram este processo. Primeiro, a intensa concorrência entre trabalhadores pouco qualificados, resultante das pressões advindas de um processo extremamente rápido de urbanização e de acentuados movimentos migratórios. A oferta ilimitada de trabalho representa até hoje um elemento favorável à preservação de salários baixos. Em segundo lugar, em grande parte do período se bloqueou a ação sindical com a repressão político militar e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Em terceiro lugar, houve um significativo rebaixamento do salário mínimo desde a década de 1960.

A orientação econômica seguida pelo Brasil através de sua maior incorporação ao capitalismo mundial está provocando maior integração do País ao comércio internacional de mercadorias e de dinheiro. Esse processo requer no plano interno um aumento crescente da produção interna destinada à exportação. Entretanto, lembra Oliveira (2001) que essa situação de endividamento cumulativo ascendente está diretamente ligada a um modelo

concentrador de renda que tem na manutenção dos baixos salários dos trabalhadores o seu esteio principal.

Promoveu-se, assim, uma acentuada diferenciação entre os salários, ampliando a desigualdade salarial. O Brasil se caracteriza por um dos mais extraordinários diferenciais entre os mais elevados salários e os salários de base, como já mencionado anteriormente, fator que estimula a inserção dos trabalhadores de menor ganho na economia informal.

A economia informal é um segmento econômico que surge dentro do excludente desenvolvimento brasileiro. Considerando-se o avanço tecnológico, decorrente do modelo econômico, ele age modificando as condições sociais da produção, impondo às pessoas que estão inseridas nesse processo determinações que implicam o aperfeiçoamento da mão-de-obra. Entretanto, aqueles que não conseguem aperfeiçoar-se vão ter que sobreviver de uma atividade econômica que crie renda, sem gerar emprego formal.

Com a globalização, o modelo econômico brasileiro de inspiração, neoliberalista privilegia o capital financeiro, elimina a atuação do Estado intervencionista e de bem-estar. Conforme Santos (2003, p.302) tal prática neoliberal acaba punindo “assim as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas, mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos”. O que segundo Oliveira (2003), também destrói a capacidade de luta e de organização de uma parte importante do sindicalismo brasileiro que teve a capacidade de dar resposta à ideologia neoliberal no Brasil.

As políticas neoliberais, conforme Lira (2003, p.10), promoveu uma série de alterações macroeconômicas “visando à adequação das condições econômicas e sociais às leis do mercado, eliminando progressivamente as chamadas regulações governamentais protetoras, acusadas de inviabilizar a expansão e a competitividade do capital”.

Para Mamigonian (2001), neoliberalismo e globalização são as duas idéias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo norte-americano. Não é difícil entender que a mudança de política e de postura do governo americano de defensiva na década de 1970 para agressiva na década de 1980, exigisse a criação da idéia de “globalização” como a nova “realidade” mundial. Foi no último sentido que a “globalização” se tomou artigo de exportação americano, visando forçar a abertura dos mercados financeiros e de mercadorias no exterior.

Para Lacerda (2002) a difusão de tecnologias em escala global se dá de forma tão rápida e generalizada que gerou um novo paradigma tecnológico e gerencial. Essa corrida competitiva, envolvendo Estados Nacionais e empresas, tem sido caracterizada como a Terceira Revolução Industrial.

Todas essas esferas, comercial, financeira, produtiva e tecnológica, interagem entre si. A globalização é um processo que atinge simultaneamente todas as esferas nas relações econômicas internacionais: a aceleração da internacionalização dos fluxos de bens, serviços e fatores, e o acirramento da concorrência em escala mundial.

De acordo com Mamigonian (2001), os números do balanço de pagamentos demonstram os resultados perniciosos que passamos a sofrer, decorrentes do controle da inflação pelo uso da abertura indiscriminada do nosso mercado às importações predatórias, que nos tornaram altamente vulneráveis aos ditames do FMI, do Banco Mundial, OMC, entre outras instituições.

Da política neoliberal que nos foi imposta e que os Estados Unidos não adotam o lado negativo (menor Estado e abertura comercial indiscriminada) acabou resultando o agravamento da dívida pública externa e interna, a ausência de política industrial e de exportações e um maciço desemprego.

Constata-se, de acordo com Santos (2003), que os postos de trabalho desativados não serão mais ativados, porque a crise do desemprego é estrutural, pois faz parte do próprio sistema capitalista. Isto é, quanto mais se desenvolvem as tecnologias, mais aumenta a produtividade e o lucro, e conseqüentemente diminuem os postos de trabalho.

A automação e a informatização, no caso específico de um País como o Brasil, além de provocar desemprego, geram uma enorme dependência tecnológica, assim como a diminuição da oferta de emprego. Conseqüentemente, os trabalhadores ficam vulneráveis às investidas dos patrões, que pressionam os governantes para acabarem com os direitos trabalhistas adquiridos ao longo da história. Objetivamente, essa pressão força os salários para baixo. Nesse momento, as perdas dos direitos do trabalhador estão acontecendo através da terceirização e da flexibilização das leis trabalhistas. De acordo com Nun (2000), as empresas multiplicam as demissões e reduzem seus efetivos, enquanto emerge um novo universo de subcontratados, de pequenas empresas de prestação de serviço e de novas formas de trabalho independente.

No Brasil, a economia informal cresce no bojo das políticas neoliberais, mediadas pelo avanço tecnológico, que trouxeram como conseqüência a ampliação da concentração de renda. Nesse processo, o desemprego ameaça uma enorme massa de trabalhadores. Por outro lado, os excluídos do mercado formal tentam sobreviver desenvolvendo suas atividades econômicas informais, gerando renda, sonegação fiscal, falsificações, emprego e esperança.

## Resultado e discussões

Em Cuiabá, depara-se com o desemprego em larga escala, e conseqüentemente, cada vez mais, um grande número de pessoas, desprovidas de renda e emprego fixo, vai-se tornando dependente de atividades temporárias para sobreviver. Como alternativa, esse grupo social ingressa na economia informal, que funciona como uma possibilidade de sobrevivência para essa massa de desempregados obter alguma renda.

Esse item foi elaborado a partir da realização de entrevistas com os trabalhadores informais do Shopping da Barão e com os ambulantes da rua 13 de Junho no centro principal de Cuiabá, e teve como objetivo principal realizar o mapeamento da população marginalizada ao crescimento econômico em Cuiabá. Traçou-se dessa forma o perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais, analisando também, a qualidade de vida desses trabalhadores.

### • Inserção segundo a idade:

A proporção dos ocupados no setor informal é maior no grupo jovem (16 a 25 anos) corresponde a 34,8% dos entrevistados. Expressa a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, cada vez mais competitivo e exigente, sendo que esse grupo apresenta no máximo o ensino médio, que geralmente é incompleto. É importante destacar que o comércio de rua absorve um grande contingente de trabalhadores jovens, com completa disponibilidade e condições físicas de trabalhar e suportar longas jornadas de trabalho. Esse processo, além de reduzir os custos com o capital variável, eliminando postos de trabalhos existentes, não aponta para a criação de novos empregos, inclusive para absorver os jovens de nossa sociedade. Apesar do grupo com mais de 56 anos de idade apresentar a menor percentagem, é evidente a necessidade desse grupo em complementar os rendimentos familiares, que geralmente envolve até aposentados. Em contraste, à expressiva população jovem, de aproximadamente 35% dos trabalhadores informais, estão os adultos (36 a 45 anos), com um percentual de apenas 13%, o que revela que este grupo encontra-se mais concentrado no setor formal da economia.

• **Inserção segundo o sexo:** Homens e mulheres apresentam uma inserção diferenciada no setor informal. Enquanto mais de 60% das mulheres exercem atividades informais, a maioria dos homens encontra-se em atividade regulares, pois apenas 39,1% dos homens estão na informalidade. A atividade informal desenvolvida pelas mulheres é em grande parte apenas complementar ao orçamento doméstico ou às vezes desempenham a simples função de auxiliar, sem remuneração. Fato que atesta e confirma a subvalorização do trabalho feminino é que mesmo sendo a maioria dos entrevistados apenas 13% das mulheres, ocupam a posição de chefe da família, isso geralmente só ocorre quando há ausência do homem.



- **Sexo do chefe da família:** De modo geral, os homens ocupam a posição de chefe da família: 87% contra 13% de mulheres nessa condição. Por outro lado, as mulheres representam a maioria dos entrevistados 60,9%, este fato reafirma a discriminação por gênero no mercado de trabalho, expondo as mulheres de maneira mais intensa à informalidade e aos menores ganhos, além da dupla jornada de trabalho. Foi constatado ao longo da pesquisa, que as mulheres, mesmo trabalhando juntamente com o cônjuge, sentem-se na responsabilidade dos serviços domésticos, como se fosse de sua inteira obrigação.

- **Inserção segundo o grau de instrução:** A proporção de ocupados na informalidade é tanto maior quanto menor o grau de instrução. Notou-se que 15,26% dos trabalhadores entrevistados no Shopping da Barão possuem apenas o ensino fundamental incompleto; 30,5% dos trabalhadores concluíram o ensino fundamental; apenas 4,3% não concluíram o ensino médio, 21,8% têm o ensino médio completo e apenas 17,4% cursaram ou estão cursando o ensino superior. Mesmo com a vinculação entre escolaridade e informalidade evidenciada pelos dados, observa-se que a instrução não é uma garantia absoluta contra o ingresso no setor informal, uma vez que mesmo entre a população que concluiu o terceiro grau encontra-se um percentual de 17,4% dos ocupados em atividades informais. Portanto, é preciso ressaltar que não é apenas a desqualificação profissional da pessoa que a coloca em condição de subemprego. Em verdade, conforme observa Souza (2004), a sociedade não gera emprego suficiente, e mesmo que o trabalhador se qualificasse profissionalmente o problema não estaria resolvido. Infelizmente, o que ocorre com o avanço tecnológico é a diminuição da oferta de emprego e a exigência de uma mão-de-obra altamente qualificada, e esta qualificação, em tese, somente poderá ser realizada por aqueles que reúnem condições sócio-econômicas para isto. Deste modo, os novos postos de trabalho que exigem qualificação somente serão ocupados por uma parcela privilegiada da população. Logo, esses são aspectos estruturais da sociedade capitalista que deixam claro que o aumento da produtividade é fundamental para aumentar os lucros, bem como é fundamental diminuir os custos, principalmente com a mão-de-obra empregada. Assim, o que ocorre hoje em dia é a tendência de se empregar menor quantidade de trabalhadores por unidade de produção.

- **Atividade remunerada e tamanho da família:** Constatou-se que 34,8% das famílias são compostas por cinco pessoas ou mais, as famílias constituídas por uma ou duas pessoas, correspondem apenas a 8,7% dos entrevistados, figura 16. Porém, observa-se que as famílias com apenas dois membros realizando atividade remunerada corresponde ao maior percentual, 39,1%, como também as famílias em que apenas uma pessoa desenvolve atividade remunerada é de 34,8%. Observa-se uma sobrecarga aos membros que exercem atividade remunerada, isso indica que mesmo que o trabalhador obtivesse uma renda razoável, o grande tamanho da família e poucas pessoas trabalhando implicaria em uma

pequena renda por pessoa. A remuneração do trabalhador informal que já é baixa, dessa forma, torna-se ainda mais insuficiente.

- **Renda familiar:** Pode-se demonstrar que o rendimento *per capita* da maioria dos trabalhadores informais, correspondendo a 39,2%, situa-se na faixa de 2 a 3 salários mínimos. O rendimento familiar total encontra-se acima de 6 salários mínimos para 39,2% dos entrevistados. Embora estejam trabalhando no setor informal da economia, existe uma significativa diferença de salário entre esses trabalhadores. Enquanto os empregados dos estabelecimentos ganham em média um salário mínimo, os empregadores apresentam ganhos superiores a 6 salários mínimos, o que indica desigualdade de rendimento no interior do próprio setor informal. No entanto, possuem em comum a oscilação desses rendimentos mensais, que atinge a todos sem restrições, isto é, podem ganhar mais ou menos, dependendo das vendas do mês.

- **Motivo da inserção no mercado informal:** O desemprego é uma das principais causas da informalidade. A maior parte dos entrevistados alegou estar no setor informal em razão da perda do vínculo empregatício anterior, seja por terem sido demitidos ou porque optaram por esta alternativa, abandonando o setor formal. Grande parte dos entrevistados, 21,8%, deixou voluntariamente o último emprego, tendo declarado que se demitiu. Observa-se que, além do desemprego e a dificuldade de encontrar emprego no setor formal (39,1% que não trabalharam no mercado formal), a baixa qualidade dos empregos regulares, os baixos salários e a instabilidade estão levando os trabalhadores para o setor informal, movidos pela expectativa de melhores condições de trabalho e pelo trabalho independente. Essa flexibilidade do trabalho além de, em curtíssimo prazo, se refletir na vida profissional e social, também fomenta a ordem ideológica dominante, distanciando cada vez mais o horizonte revolucionário. Tavares (2002) esclarece que a intensidade da exploração a que são submetidas as formas de trabalho consideradas independentes se encarregam de denunciar como é ilusória até mesmo a idéia de que todos podem ser pequenos patrões. Essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho.

- **Último emprego:** De modo geral, os entrevistados se caracterizam por um perfil de baixa qualificação profissional, anterior ao ingresso no setor informal. Grande parte dos entrevistados trabalhava em ocupações que não exigiam conhecimento específico, como zelador, motorista, serrador, entre outras. De acordo Singer (2000), estes serviços muitas vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada. Os mercados de trabalho informal são desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. A informalidade representa

uma situação irreversível para grande parte desses trabalhadores, o que é comprovado pelo fato de muitos se encontrarem há mais de dez anos no setor informal 30,4%.

- **Contribuição com a Previdência Social:** A não contribuição para a Previdência Social é uma característica marcante dos trabalhadores informais. Entre os entrevistados apenas 13,1% dos trabalhadores fixos e 13,3% dos ambulantes contribuíram com a Previdência. A não contribuição é um problema eminente, já que o número de pessoas ocupadas nas atividades informais tem aumentado continuamente. Todas as pessoas que afirmaram ter contribuído com a Previdência, alegaram que atualmente não contribuem mais, porque a renda é insuficiente.

- **Origem dos trabalhadores informais:** Registrou-se um número significativo de trabalhadores vindos de outras regiões do País. Essa diversidade é explicada pelo fato que o Brasil, na década de 1970, ainda vivia a euforia do milagre econômico operado pelos governos militares sob a inspiração da doutrina de segurança. De acordo com Alves et al (2004) e Souza-Higa (2001), Mato Grosso conseguiu reter 90% dos projetos de colonização e recebeu diretamente o impacto do Programa de Integração Nacional e da Política de Ocupação da Amazônia. Portanto, conforme Romancini (2001), o crescimento econômico das últimas décadas foi acompanhado pela expansão dos problemas sociais, caracterizados pelo aumento da pobreza, geração de desemprego e a conseqüente expansão do setor informal. A presença de pessoas de Dom Aquino, Acorizal, Barra do Bugre, Araputanga, Alto Araguaia revela outro fator agravante que consistiu no êxodo rural dos últimos 30 anos, de graves conseqüências para a cidade, principalmente na periferia onde, segundo Souza (2002), a ocupação de áreas públicas e particulares generalizou-se como meio de aquisição de imóveis, mesmo em locais de preservação ambiental com implantação de moradias precárias. A migração rural-urbana ocorre principalmente por causa da modernização da agricultura, devido à intensa utilização de máquinas que eliminam mão-de-obra, expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho, expulsando as pessoas do campo para a cidade. O segundo tipo de corrente geralmente é proveniente de cidades pequenas do interior, onde a economia está estagnada e não absorve a mão-de-obra disponível, então, parte da população desloca-se para as cidades médias e grandes, em busca de trabalho e sobrevivência, porém ao chegar no lugar de destino descobre que a oferta de emprego é muito pouca para absorver tanta mão-de-obra disponível.

- **Distribuição espacial dos trabalhadores informais:** A proposta desse item foi, a partir dos dados levantados no estudo de caso, identificar onde estão residindo os trabalhadores informais que atuam no centro principal de Cuiabá. Para tanto, utilizou-se o perfil sócio-econômico do bairro em que residem, conforme classificação elaborada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá. Para determinar a renda média de cada bairro, indicado pelos

entrevistados, foi adotada a classificação elaborada pelo Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento Urbano-(IPDU) da Prefeitura Municipal de Cuiabá, que agrupa os bairros segundo a renda dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes a qual adota cinco classes de rendimento.

O levantamento realizado no Shopping Barão identificou que 56,3% dos trabalhadores informais vivem em bairros de renda médio baixa, no qual o ganho médio é de 2,91 a 5,65 salários mínimos e 26,1% vivem em bairros de renda média, ganhando em torno de 5,66 a 11,65 salários mínimos, enquanto 8,8% dos entrevistados vivem em bairros de baixa renda e um percentual de 4,4% dos trabalhadores, vivem em bairros de renda médio alta. Entre os ambulantes, o percentual de concentração nos bairros de baixa e médio baixa renda é maior, observa-se respectivamente 33,3% e 53,5%. Constata-se dessa forma, maior carência de recursos por parte dos trabalhadores ambulantes, a mercadoria por eles vendida é de baixo valor e às vezes de própria fabricação como, por exemplo: alimentos (café, pão, pipoca, doce, frutas e suco), cintos, brinquedos, dentre outros produtos. Aos trabalhadores fixos exige-se um capital inicial maior, por ter que pagar, além da mercadoria, pelo aluguel do espaço, no qual estão inclusos a segurança e a limpeza, e o alvará da prefeitura.

O que se observa em Cuiabá é que a marginalidade à participação ao processo de crescimento econômico, não afeta somente os bairros mais periféricos, mas também bairros considerados de renda média. É expressivo o percentual de trabalhadores informais que residem em bairros de rendimento médio baixo e médio. O desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atinge segmentos específicos da sociedade para se generalizar por quase toda população ativa. Assim, pode-se concluir que não há mais classes sociais imunes ao desemprego e o reflexo imediato desse quadro, consubstancia na inserção desse grupo social na informalidade, que funciona como “válvula de escape” para essa massa de desempregados obter alguma renda.

A “nova pobreza”, termo utilizado por Singer (2001), difere da antiga fundamentalmente por sua origem. Trata-se de pessoas que pertenciam à ampla classe média, que se criara em função das conquistas dos anos dourados e que perderam seus empregos. Em Cuiabá a “nova pobreza” também já se faz notar e ela atinge fundamentalmente a classe média, sob a forma de menor demanda por força de trabalho com qualificações tradicionais e, sobretudo, de redução acentuada da remuneração real deste tipo de trabalhador.

### **Considerações finais**

A delimitação do universo de trabalhadores informais tem duas conseqüências básicas. Em primeiro lugar, parte dos trabalhadores normalmente considerados informais

pertence ao setor dinâmico, o que significa que este tem sido incapaz de expandir emprego de qualidade. Isso ocorre em consequência do modelo de abertura indiscriminada com juros altos e crédito concentrado, e também pela tentativa por parte dos empregadores e do governo de reduzir direitos trabalhistas e de restringir o alcance da organização sindical. A redução da precarização nestas atividades depende, portanto, de uma alteração nas coordenadas do modelo econômico.

Em segundo lugar, essa metodologia alternativa pode contribuir para a expansão das experiências no âmbito da economia solidária, desde que os autônomos, as verdadeiras cooperativas, as microempresas e os pequenos produtores rurais no âmbito da agricultura familiar possam ter acesso ao microcrédito para expandir as suas atividades.

Os trabalhadores podem e devem se organizar para combater o trabalho informal ou, no mínimo, garantir a estes trabalhadores mecanismos de proteção social, qualificação e renda. Resgatar o papel do Estado, ainda mais em um país como o Brasil, onde os direitos mínimos de cidadania sempre estiveram historicamente associados à inserção formal no mercado de trabalho, é fundamental, bem como a retomada do crescimento econômico sustentável.

Os resultados obtidos com a pesquisa mostram que, embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, grande parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade.

Os entrevistados apontaram a regulamentação da atividade como sendo a principal, na maioria das vezes a única, ação esperada do poder público. A falta de regulamentação afeta efetivamente a categoria e tem revelado um fator de corrupção, violência e insegurança. Frequentemente, essa instabilidade evolui da apreensão da mercadoria para a agressão física e moral com a polícia.

Observou-se que em Cuiabá a marginalidade à participação no processo de crescimento econômico, não afeta somente os bairros mais periféricos, mas bairros considerados de renda média. É expressivo o percentual de trabalhadores informais que residem em bairros de rendimento médio baixo e médio. Isso evidencia em Cuiabá o surgimento da “nova pobreza”, que se refere às pessoas que pertenciam à ampla classe média e que perderam seus empregos, constatando-se dessa forma que o desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atinge segmentos específicos da sociedade para se generalizar por quase toda população ativa e amplia a concentração no setor informal da economia.

Em relação à organização dos trabalhadores, o setor informal causa prejuízos para os movimentos sindicais, que perdem seu poder de juntar os trabalhadores nas

reivindicações. Ele também lesa o poder público pelo não pagamento de impostos e não permite uma avaliação precisa do Estado em relação à realidade desse setor, por causa da falta de dados estatísticos oficiais. Pelo menos é este o argumento que o Estado usa para justificar a sua omissão no que tange a políticas e planos sócio-econômicos direcionados à economia informal. Porém, o mais importante é que a economia informal contribui para amenizar a crise social brasileira, principalmente em momentos de recessão econômica.

Finalmente, as populações excluídas, ditas marginais, são a expressão de um estrato social desprestigiado e desamparado, no que tange ao Estado de Direito, de poder sócio-econômico e político, que lhes é retirado pela sociedade. Essas populações têm suas raízes no desenvolvimento excludente do modelo sócio-econômico adotado pelo País.

Diante do exposto, entende-se que a luta diária dos trabalhadores informais é repleta de desafios, conflitos, perseguições e incertezas, decorrentes da dependência da economia brasileira em relação ao capital financeiro e do Estado de Direito que tende a proteger os setores formais da economia.

A condição de cidadania não é universal e está associada ao modo de inserção no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. A. L.; FONSECA, G. P. S.; SOUZA-HIGA, T. C. C. O processo de colonização de Mato Grosso e seus efeitos regionais: os projetos de assentamento de Lucas do Rio Verde – MT. In: ENCONTRO SOBRE ECONOMIA MATO-GROSSENSE, 2004, Cuiabá. *Resumos*. Cuiabá: FAECC/UFMT, 2004. p. 24.
- BECKER, Joachim. Integración y Regulación: la Unión Europea y el Mercosul comparados. In: GUDYNAS, Eduardo (comp.). *Sustentabilidad y Regionalismo en el Cono Sur*. Montevideo-Uruguai: 2002. p. 9-35.
- CARDOSO JR, J. C. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUIABÁ, PREFEITURA MUNICIPAL. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano – IPDU. Perfil sócio-econômico. Cuiabá: 2001.
- DOMBROWSKI, O. MARTINS, R. JAKOBSEN, K. (Orgs.). *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT e Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. *O impacto da globalização na economia brasileira*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- LIRA, Izabel Cristina Dias. *Estratégias alternativas ao seguro social utilizadas pelos trabalhadores por conta própria de Cuiabá-MT*. São Paulo, 2003. 119 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAMIGONIAN, Armen. Neoliberalismo x projeto nacional do mundo e no Brasil. *Revista Paranaense de Geografia*. Curitiba: AGB, n. 6, p. 15-23, 2001.
- MATTOSO, Jorge. *O desemprego no Brasil: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- NUN, José. Trad. Alexandre Morales. *O futuro do emprego e a tese da massa marginal*. São Paulo: Cebrap, 2000. n.56.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 289-321.
- POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROMANCINI, Sônia Regina. Avenida Historiado Rubens de Mendonça: a redefinição da centralidade urbana em Cuiabá. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, Cuiabá: EdFMT, n. 05/06, p. 107-131, out. 2000/2001.
- SANTOS, José Rosselvelt; REZENDE, Luiza de. A economia informal, a cidade e os ambulantes: lugares e estratégias em Uberlândia-MG. *Revista do Instituto de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, Edufu, v. 14 e 15, n. 26 a 29, 2002/2003. p. 75-100.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 289-302.
- SCHLAMP, S. O setor informal como estratégia de sobrevivência na América Latina. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. *Resumos*. João Pessoa: AGB, 2002. p. 258.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. O Trabalho informal e a luta da classe operária. In: *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo, CUT e Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SOUZA, Edilson Almeida de. Materialização da pobreza urbana em Cuiabá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. *Resumos*. João Pessoa: AGB, 2002. p. 274.
- SOUZA, Edilson Almeida de. O perfil da informalidade em Cuiabá. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DE MATO GROSSO, 2, SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1, 2004, Cuiabá. *Resumos*. Cuiabá: AGB, 2004. p. 54.
- SOUZA-HIGA, Tereza Cristina C. de. Políticas regionais: produção do espaço e alterações de unidades de paisagens na Amazônia mato-grossense. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, Cuiabá: EdFMT, n. 05/06, p. 61-78, out. 2000/2001.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2002. 219 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do trabalho. *Revista Pegada Eletrônica*, São Paulo, v. 03, n. Especial 2002. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br>>. Acesso em: 25 set. 2004.